

**ANÁLISE LINGUÍSTICA:
O USO DO SUJEITO COMO ELEMENTO COESIVO**

Hadhianne Peres de Lima (UFAC)

hadhianne@hotmail.com

Alexandre Melo de Sousa (UFAC)

Alessandra Mustafa da Silva (UFAC)

RESUMO

Este artigo, cujo título é *Análise linguística: o uso do sujeito como elemento coesivo*, trata da abordagem dada à análise linguística nas salas de aula do 9º ano do Ensino Fundamental. Nosso objetivo é analisar, na produção textual dos alunos, a utilização do sujeito como elemento de coesão no gênero reportagem. Para isso, fundamenta-se nos estudos de Neves (2013), que defende que a escolha de um elemento para expressar o sujeito se baseia na intenção comunicativa do falante; e de Duarte (2013), que critica a classificação tradicional do sujeito e a ideia de considerá-lo, na mesma perspectiva, como um elemento essencial da oração. Assim, apresentamos nesse trabalho o quão relevante é a utilização conjunta da produção textual dos nossos alunos para ser trabalhada a análise linguística.

Palavras-chave: Ensino. Análise Linguística. Sujeito.

1. Considerações iniciais

Muito tem inquietado os professores de língua portuguesa no que diz respeito à análise linguística. Temos em nossas salas de aulas alguns extremos, como privilegiar somente o estudo totalmente descontextualizado da gramática com análises feitas a partir de frases soltas. Por outro lado, na tentativa de adequar-se à nova perspectiva de ensino, trabalhamos excessivamente os gêneros textuais sob os moldes de sua estrutura, suporte e compreensão. E, quanto ao estudo da língua, o texto é utilizado apenas como pretexto.

Nesse sentido, compete, em especial, ao professor de língua portuguesa, reestruturar as propostas pedagógicas e as intervenções adotadas até então e procurar meios de minimizar essa polarização, buscando abordar a análise linguística dentro do gênero textual, sem que seja necessário retirar as frases do texto, evitando, assim, os exercícios sem sentido e pouco eficientes no desenvolvimento da competência comunicativa.

A partir dessa inquietação, sentimos-nos motivadas a analisar, na produção textual dos alunos, a utilização do sujeito como elemento de coesão no gênero reportagem. Observamos como eles utilizam, com base

numa gramática que lhes é inerente, o sujeito como elemento de referência responsável pela progressão e tessitura do texto. Dessa maneira, o estudo da análise linguística atende ao propósito de trazer mudanças significativas no que diz respeito ao ensino de uma língua reflexiva concretizada nas vivências socioculturais que temos.

Para tanto, utilizamos como suporte teórico o que pensam Bezerra e Reinaldo (2013) cujos estudos linguísticos estão associados ao texto, gênero e discurso, pois as práticas comunicativas ditas por eles são refletidas nos gêneros textuais que as materializam. E, é sob a perspectiva dessas autoras que temos a abordagem linguística que ora apresentamos.

Dentre outros autores, foram citados também Riegel e Lemle (*apud* BEZERRA & REINALDO, 2013). Tais autores entendem como análise linguística unidades variadas como fonema, morfema, palavra, sob a perspectiva da descrição do fato. Lemle (*apud* BEZERRA & REINALDO, 2013) aborda em seu livro *Análise sintática* fatos relacionados ao léxico envolvendo semântica e sintaxe. Este artigo está dividido em três capítulos, os quais passam a ser descritos a seguir, enfatizando-se a temática de que tratam e os pontos principais de cada um.

No primeiro capítulo, faremos uma abordagem sobre o que é análise linguística e a perspectiva que melhor se enquadra para que haja uma análise tendo como base o gênero textual e sua concretude nas práticas sociais.

No segundo capítulo, trouxemos à baila posicionamentos sobre o que é sujeito, tendo como elemento norteador a gramática tradicional e novas perspectivas de abordagem do sujeito sugeridas por Duarte (2013), que afirma que o sujeito é um argumento que se agrega ao predicado e tem o verbo como estrutura nuclear da oração. A abordagem tradicional foi pautada com a gramática do Cegalla (2008), que traz toda a estrutura do sujeito e suas classificações, partindo do princípio de que o sujeito é um termo essencial da oração.

Dando continuidade à proposta que ora apresentamos, no terceiro capítulo, analisa-se o sujeito como elemento de referência a partir de algumas produções de alunos do 9º ano do ensino fundamental de uma escola pública, no município de Rio Branco – AC.

2. *Análise linguística*

O que entendemos sobre habilidades linguísticas? Muitos são os estudos realizados que concernem na aplicação da análise linguística nas salas de aula de língua portuguesa. Estudos tradicionais gramaticais que abordam a análise linguística, ressaltando apenas nomenclaturas e classificação gramatical, são considerados, atualmente, como insuficientes para o ensino de língua materna, pois este vai além de simples classificações e terminologias.

Nos anos 80, por exemplo, Riegel (*apud* BEZERRA & REINALDO, 2003), em seu livro *Iniciação à Análise Linguística*, tem como objeto de estudo da linguística unidades variadas como fonema, morfema, palavra sob a perspectiva da descrição do fato. Ainda no ano de 1984, temos Lemle (*apud* BEZERRA & REINALDO), que aborda, em seu livro *Análise sintática*, fatos relacionados ao léxico envolvendo semântica e sintaxe.

Bezerra e Reinaldo (2013, p.26) afirmam que "a observação das formas linguísticas está associada à identificação do seu uso e de sua função nas práticas comunicativas, assim, a expressão análise linguística remete à descrição das formas da língua em seu uso e funcionamento".

É sob a perspectiva das autoras mencionadas que temos a abordagem linguística que apresentamos atualmente, na qual os estudos estão associados ao texto, gênero e discurso, pois as práticas comunicativas ditas por Bezerra e Reinaldo (2013, p. 26) são refletidas nos gêneros textuais que as materializam.

Em meio a esta carência, surge a análise linguística, com propósito de trazer mudanças significativas no que diz respeito ao ensino de uma língua reflexiva e concretizada nas vivências socioculturais que temos. Para isso, devemos focar na construção do sentido do texto, uma vez que através dele compreendemos o cumprimento das funções da linguagem e percebemos que essas funções se organizam com base na função textual. É preciso observar a língua em uso, como fenômeno de interação social e prática discursiva. Isso significa rejeitar o modelo tradicional que deixa tantas confusões e imprecisões, e nos ocuparmos em ampliar a competência comunicativa dos alunos, para que eles utilizem a linguagem de maneira mais eficiente nas diversas situações de uso.

3. Confronto entre abordagem tradicional e novas perspectivas

A gramática tradicional aponta três divisões para o que chamamos “Termos da Oração”, que são: termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios. Duarte (2013, p.185) faz uma análise crítica sobre essa divisão, a autora afirma que essas terminologias não contribuem para uma visão das relações entre os constituintes da oração, o que acontece, na verdade, é levar o aluno a pensar que as nomenclaturas é o que caracteriza os termos, isto é, os termos essenciais são mais importantes que os demais.

Outra crítica apontada, desta vez por Perini (*apud* DUARTE, 2013, p. 184), diz que a gramática tradicional prega que o sujeito “é o ser sobre o qual se faz uma declaração”, e esta mesma gramática posta que há oração sem sujeito. Quanto ao predicado – “tudo aquilo que se diz do sujeito” -, como aplicar a definição se há oração sem sujeito?

Duarte (2013, p. 186) diz que o ponto de partida para entendermos a estrutura da oração é o elemento nuclear, ou seja, o que origina uma oração é o verbo, pois os demais constituintes se harmonizam a ele. Esse princípio tem como perspectiva a gramática de valências.

Segundo Busse e Vilela (1986), em seu livro *Gramática de Valências*, temos que a valência corresponde ao número de lugares vazios previstos pelo lexema e que as estruturas do tipo valencial mais evidentes são encontradas de forma mais precisa nos verbos. Essa perspectiva, por sua vez, é um desdobramento da gramática de dependência, que se ajusta à ideia de que o verbo é o elemento central da estrutura da oração.

A gramática de valências tem como princípio o verbo, do qual todos os constituintes dependem. Essa dependência é vista sob dois aspectos: sintático e semântico. Um exemplo bem simples é o verbo *dar*, que, pelo conceito de Busse e Vilela (1986), prevê três lugares vazios: o primeiro corresponde ao “dador” (sujeito); o segundo, ao “dado” (objeto direto); o terceiro, ao “recebedor” (objeto indireto).

Observamos nessa estrutura que o sujeito é visto como um elemento que compõe o significado do verbo e é também um termo que se articula e se harmoniza com o “predicador”, no caso o verbo. O termo *predicador*, adotado por Duarte (2013), estará presente durante toda nossa abordagem. Os estudos de gramática que estabelecem relação entre seus termos constroem sentido para que possam ser aplicados coerentemente seja qual for o contexto.

Corroborando também com essa nova perspectiva de que o predador é quem estrutura a frase, Neves (2013, p. 37) diz que todos os itens lexicais de uma língua se analisam dentro da predicação. Desse modo, quem dita as regras em meio à construção, forma e ordenação frasal é o verbo.

Apoiada no ponto de vista da gramática de valências, citada anteriormente, Duarte (2013 p. 186) também acredita que o elemento mais importante e que dá origem à oração é o verbo (predicador) que ela chama de elemento nuclear. E que o sujeito é um entre os vários termos articulados com esse predicador.

A autora divide esses termos que se articulam com o verbo entre argumentos internos e argumentos externos. Aqueles são os tipos de predicado e esses, os argumentos externos, ela classifica como sujeito. Duarte (2013, p. 195) também discorda de como o sujeito é classificado na abordagem tradicional, como se observa a seguir:

Classificar o sujeito como “oculto” (ou “subentendido”, “desinencial”, entre outros tantos nomes) só faz sentido se ele se opuser ao sujeito “expresso”. Quando se considera que a possibilidade de expressar ou não o sujeito em certas estruturas é uma propriedade que distingue as línguas humanas, pode se defender que tal classificação seja mantida, desde que feita com coerência. Quanto ao sujeito “indeterminado”, que é uma noção semântica, tal classificação, da mesma forma que vimos antes, só faz sentido se ao sujeito indeterminado se opuser o sujeito “determinado”, isto é, sujeito que tem referência definida no contexto discursivo.

Sendo assim, a classificação do sujeito ficaria: quanto à estrutura, poderia ser expresso ou não expresso, e quanto à referência, teríamos que observar o significado e o sentido das palavras em determinados contextos, para considerá-la definida ou indefinida. Para visualizarmos como ficaria essa proposta de ordenação dos sujeitos, apresentamos a tabela proposta por Duarte (2013, p. 196) com a classificação do argumento externo segundo sua forma e referência.

Podemos observar, no quadro abaixo, que a autora reorganizou o sujeito estabelecendo critérios sintáticos e semânticos. De um lado, a forma e, do outro, a referência. A forma está voltada para o sujeito na sua expressão visual de que pode ou não está presente na frase. Quanto à referência, pode ser definida, indefinida e sem referência. A referência definida, por sua vez, pode, quanto à forma, está expressa ou não na oração.

REFE- RÊNCIA	FORMA	
	Não expresso	Expresso
Definida	__ Fui/ __ Fomos/ __ Foram ao teatro ontem.	Eu/Nós/As meninas/Elas foram ao teatro ontem.
Indefinida	__ Roubaram as rosas do jardim. __ Precisamos de ordem e progresso. __ Não usa mais máquina de escrever. __ Vende apartamento.	Eles estão assaltando neste bairro. Nós precisamos de ordem e progresso. A gente precisa de ordem e progresso. Você vê muito comercio no centro.
Sem referência	__ Choveu muito. __ Fez frio. __ Houve confusão.	__ __ __

Tab. 1: A classificação do argumento externo segundo sua forma e referência (conteúdo). Fonte: Duarte (2013, p. 196)

Em uma abordagem tradicional de sujeito, temos: o sujeito como um dos termos essenciais da oração, que, segundo Cegalla (2008 p. 324), é constituído por um substantivo ou pronome, ou por uma palavra ou expressão substantivada.

Vejamos quais os tipos de sujeito existentes e como eles são caracterizados para que possamos identificá-los segundo o autor citado acima.

Sujeito simples: quando tem um só núcleo.

Sujeito composto: quando tem mais de um núcleo.

Sujeito expresso: quando está explícito, enunciado.

Sujeito oculto ou (elíptico): quando está implícito, isto é, quando não está expresso, mas se deduz do contexto.

Sujeito agente: se faz a ação expressa pelo verbo na voz ativa.

Sujeito paciente: quando sofre ou recebe os efeitos da oração expressa pelo verbo passivo.

Sujeito agente e paciente: quando o sujeito faz a ação expressa por um verbo reflexivo e ele mesmo sofre ou recebe a ação.

Sujeito indeterminado: quando não se indica o agente da ação verbal.

Exemplos:

1- verbo na 3ª pessoa do plural

– Dizem que a família está falindo. (Alguém diz, mas não se sabe

quem)

– Disseram que morreu do coração.

2- verbo na 3ª pessoa do singular + se, índice de indeterminação do sujeito

– Precisa-se de mão de obra especializada. (Não se pode determinar quem precisa)

Sujeito inexistente: também chamado de oração sem sujeito, é designado por verbos que não correspondem a uma ação, como fenômenos da natureza, entre outros.

Exemplos:

1- Verbos indicando Fenômeno da Natureza

– Choveu na Argentina e fez sol no Brasil.

2- verbo haver no sentido de existir ou ocorrer

– Houve um grave acidente na avenida principal.

– Há pessoas que não valorizam a vida.

3- verbo fazer indicando tempo ou clima

– Faz meses que não a vejo.

– Faz sempre frio nessa região do estado.

A forma como o termo sujeito é tradicionalmente ensinado em nossas escolas parte da análise de frases soltas, mesmo quando são retiradas de textos, nesse caso, o texto é usado como pretexto, e são atividades meramente mecânicas, que levam a uma análise superficial, que não se articula com a dinâmica do texto nem com a organização referencial do discurso que levou às escolhas do modo de expressão do sujeito (NEVES, 2013, p. 119). Em suma, nesse modelo de ensino, não há aplicabilidade real, portanto, não se configura como atividade da língua em uso, que é o que o falante nativo precisa desenvolver para atingir uma competência comunicativa realmente eficiente.

Menos eficiente e inteiramente equivocada é a classificação do sujeito em “simples”, “composto”, “oculto”, “indeterminado”, e ainda a “oração sem sujeito”, uma vez que essa classificação em nada contribui para a produção do efeito de sentido necessária durante a interação verbal. Duarte (2013, p. 195), coerentemente nos sugere classificar o sujeito

quanto a sua forma, que seria expressa ou não expressa, quanto à referência, que seria definida, indefinida ou não ter qualquer referência.

Segundo Neves (2013, p. 121):

Para que um estudante reflita sobre os recursos que a língua lhe oferece para melhor desempenho, o que proponho como absolutamente imprescindível é que se propicie uma reflexão sobre a funcionalidade das escolhas que o falante faz e sobre os resultados de sentido que cada escolha desencadeia. Não há uma substituição mecânica de nome por pronome, ou de pronome por zero, operada aleatoriamente, como sugerem alguns exercícios.

A escolha de um outro elemento para expressar o sujeito se baseia na intenção comunicativa do falante e deve ser avaliada para que, além de possibilitar a compreensão do texto, ainda torne evidente os efeitos da escolha, permitindo a percepção do bom desempenho da produção do texto nas mais variadas situações discursivas.

O bom texto depende principalmente do domínio da utilização dos recursos coesivos. Por ser um importante componente textual, a coesão é responsável pela tessitura do texto e nela estão presentes os laços coesivos, que são: a referência, a elipse e a coesão lexical. Dentro desses três elementos coesivos, encontramos o sujeito tanto na sua forma expressa como na forma não expressa. Para melhor compreendermos, abordaremos a seguir algumas possibilidades de realização do sujeito como elemento coesivo, a iniciar pela referência.

A análise linguística que faremos não partirá de textos bem escritos, de autores renomados, ou de produções dos livros didáticos. “Ao contrário, o ensino gramatical somente tem sentido para auxiliar o aluno. Por isso partirá do texto dele”. (GERALDI, 2004, p. 73/74).

Com o objetivo de contribuir e entender as realizações do sujeito como elemento de referência e progressão textual, observamos algumas produções de alunos do 9º ano do ensino fundamental de uma escola pública, no município de Rio Branco (AC). Os textos analisados foram escritos mediante proposta de produção do gênero reportagem, trabalhado por meio de uma sequência didática que contemplou diversas leituras do gênero em questão, foram desenvolvidas atividades que retrataram as características do gênero, condições de produção e circulação.

Em relação à escolha dos textos de alunos como objeto de estudo, objetivou-se analisar a utilização do sujeito como elemento coesivo na produção da reportagem, identificar os momentos em que ele aparece, se os casos de referência, elipses, e coesão lexical foram bem empregados, a fim

de evitar repetições e ambiguidades que comprometem a progressão e a tessitura do texto.

4. O sujeito como elemento de coesão

Na construção da progressão textual, observamos o sujeito como um dos elementos de referência que permite o andamento do texto. Vejamos a seguir: [...] *alunos* que brigam não recebem a punição que deveriam, muitos foram expulsos e uma semana depois *ele* voltam a estudar. E não *mudam* nada porque *sabem* que não vão sofrer as penalidades adequadas [...]. (Grifo nosso)

O referente principal, *alunos*, foi utilizado como elemento introdutor e depois retomado por *ele* e pelas elipses *mudam* e *sabem*. O sujeito trazido no fragmento acima foi escolhido pelo emissor de acordo com o seu próprio discurso, as marcas, por exemplo, de sujeito oculto caracterizadas pelos verbos em terceira pessoa do plural, *mudam* e *sabem*, que, de acordo com a gramática normativa, essa marcação é de sujeito oculto, no texto em questão essa estrutura utilizada não interfere na compreensão de saber de quem está sendo falado.

Neves (2013, p. 119) diz que essa não expressão do sujeito na frase é caracterizada por um “vazio”, um “zero” (\emptyset). Contudo, na produção observada, esse vazio não comprometeu o entendimento do texto, e a escolha do emissor por essa estrutura foi de acordo com a gramática que lhe é inerente.

No entanto, a escolha desse vazio em determinados contextos pode ocasionar a não compreensão do texto, quando, por exemplo, for utilizada para introduzir novos temas e não mais como referentes.

Outro aspecto que observamos foi que o produtor utilizou o pronome pessoal de terceira pessoa *ele* para ocupar o lugar do sujeito, *ele voltam a estudar*. Segundo Neves (2013, p. 121), nesse caso, a escolha do pronome para substituir o sujeito foi necessária para explicar que a referência é pessoal (no caso os alunos que brigam).

Na construção de um texto, a referência contribui para desenvolvimento da tessitura textual, num processo de preservação dos referentes introduzidos, retomada e introdução de novos referentes para, assim, produzir a progressão do texto e o encadeamento das ideias. Assim, ao utilizarmos um pronome pessoal de terceira pessoa, por exemplo, devemos

ter mencionado seu referente anteriormente, caso contrário, teremos comprometido a compreensão do enunciado por parte do nosso destinatário, como podemos observar no trecho de outro texto analisado abaixo.

[...] *O professor de história X* participou da greve e nos contou como tudo começou. [...]

[...] Ele nos contou também que as reivindicações eram justas, mas o governo mostrava-se inflexível. [...] (Grifo nosso).

A escolha pelo sujeito expresso por pronome pessoal no segundo trecho não foi feita de maneira aleatória. O falante, no momento do discurso, opta pela escolha que lhe parece comunicativamente mais adequada e utiliza o pronome pessoal *Ele* como medida de retomada do referente principal *O professor de história*. Nesse caso, o acesso ao referente está ativo, ou seja, foi dado anteriormente e continua na consciência do leitor. Dessa maneira, é perfeitamente recuperado no momento em que se necessita dele para construir a progressão do texto. Essa configuração revela o fato de que a anáfora textual é mais do que uma retomada referencial, isso porque o texto é criação discursiva, e o percurso referencial nele inserido se submete ao universo de entidades que se organizam discursivamente. (NEVES, 2013, p. 96)

Em outro trecho temos:

[...] *O professor* deveria ser o mais valorizado porque ele que ensina cada um de nós.

Na opinião do *professor X* o que mudaria na educação é isto: A valorização dos profissionais de educação, melhorias nas condições de trabalho e mais investimentos em políticas educacionais. (Grifo nosso)

Aqui temos a repetição desnecessária do sujeito *professor*, quando o referente principal – professor –, depois de introduzido, poderia ser perfeitamente retomado pelo substantivo *mestre*, sem que fosse alterada a categorização lexical, o que demonstra pouco domínio do aluno com a coesão lexical, sendo ela um importante mecanismo coesivo para a melhor construção do texto.

5. Considerações finais

Para estudar o sujeito como elemento de coesão, apoiamo-nos na linguística textual e tivemos o aporte teórico das obras de Neves e Duarte (2013). Para essas autoras, o estudo do sujeito não deve ser um fim em si mesmo, que em nada contribui para o desenvolvimento da competência linguística de nossos alunos a mera classificação do sujeito.

Segundo a concepção de Neves (2013), a gramática da língua se resolve na produção textual e vice-versa. Portanto, sendo a escola um espaço destinado ao desenvolvimento das capacidades do indivíduo, não podemos reduzir o ensino da língua materna a simples recortes facilitadores que bloqueiam a competência comunicativa.

Numa avaliação efetiva das possibilidades de emprego dos efeitos obtidos com o uso do sujeito como elemento coesivo, observamos que este pode e deve ser trabalhado harmonicamente na produção textual, pois é neste passo do ensino que nossos alunos põem em prática, de fato, o que sabem, não só sobre sujeito, mas também sobre todas as habilidades necessárias para que um texto seja coerente, coeso e compreensível. E nós, enquanto professores, temos que ter o discernimento de propor atividades aos nossos alunos que privilegiem, em grau de igualdade, a análise linguística e a produção textual, pois ambas formam um processo contínuo para a escolarização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A gramática de valência. [Sem informações editoriais e de autoria]. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/10437/10437_4.PDF>. Acesso em: 20-02-2014.

BEZERRA, M. A.; REINALDO, M. A. G. M. *Análise linguística: afinal, a que se refere?* 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

Como se realiza a coesão. [Sem informações editoriais e de autoria]. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/gpt/coesao.php>>. Acesso em: 28-04-2014.

CEGALLA, D. P. *Gramática da língua portuguesa* 48ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

DUARTE, Maria Eugenia. Termos da oração. In: VIEIRA, Silvia R.; BRANDÃO, Silvia F. (Orgs.) *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed.

São Paulo: Contexto, 2013.

GERALDI, João Wanderley. (Org.). *O texto na sala de aula*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

NEVES, Maria Helena M. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2013.

Tentativa de organização do caos: a gramática de valências de Busse e Vilela. [Sem informações editoriais e de autoria]. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/17547/17547_5.PDF>. Acesso em: 08-03-2014.

VIEIRA, Silvia R.; BRANDÃO, Silvia F. (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

VILELA, Mário; BUSSE, Winfred. *Gramática de valências*. São Paulo: Educ, 1986.